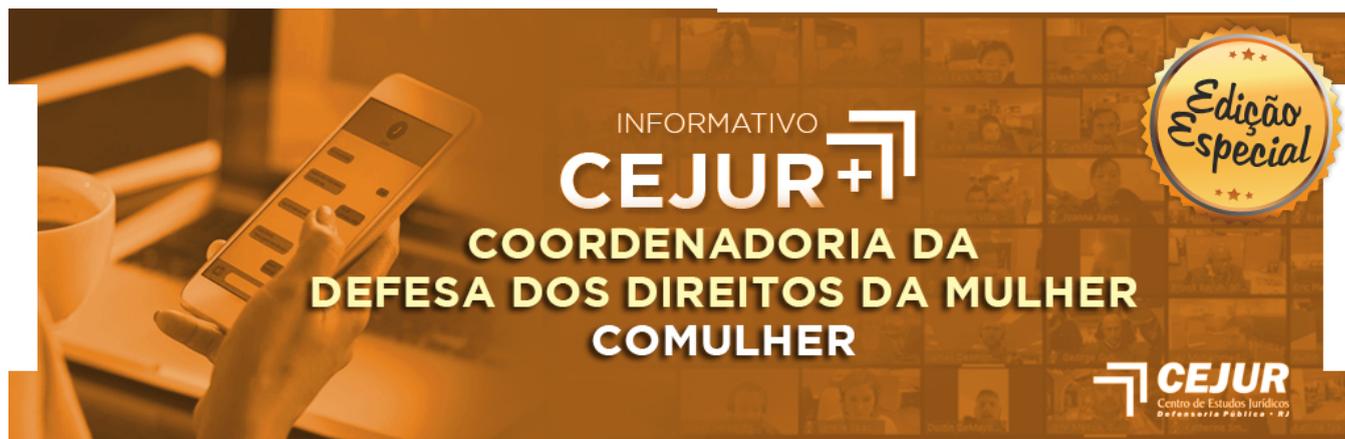


Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



Ano I | Nº. 15 | Terça-feira, 30 de novembro de 2021

Olá! Este é mais um informativo da nova fase do tradicional Cejur Notícias, agora com a participação ativa das Coordenações Temáticas, em edições quinzenais. A vez, nesta edição, é da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher - COMULHER, que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe dizem respeito. Uma boa leitura para todas e todos.

INTERNAS

O Nudem faz 24 anos ...



Exemplo de política pública para as mulheres, reconhecido por seus pares e usuárias, o Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítimas de Violência de Gênero, o Nudem, está completando 24 anos. A DPERJ foi a primeira a institucionalizar o atendimento - jurídico e extrajurídico - especializado como forma de enfrentamento à violência contra as mulheres. O aperfeiçoamento técnico, a capacitação profissional e a qualificação da escuta ativa das usuárias são diretrizes que permaneceram ao longo do período. Se no passado o tema da violência doméstica e familiar abriu as portas da instituição, aproximando as mulheres e os coletivos feministas dessa atuação, o Nudem do presente precisou se reinventar para continuar garantindo qualidade à atuação na defesa e na promoção dos direitos humanos das mulheres frente às

novas demandas. Foi assim que temas como saúde sexual e reprodutiva, liberdade sexual, violência institucional, do Estado, o recrudescimento da opressão nas relações de afeto e o feminicídio, por exemplo, entraram na pauta de atuação.

... se reinventa na pandemia

A expansão da Covid-19 exigiu, entre outras, medidas restritivas para diminuir a circulação das pessoas e isso trouxe novos desafios para a atuação da DPERJ como um todo. As mulheres pobres e das periferias experienciaram o descaso e a precarização no acesso à saúde e a escalada da violência doméstica nos ambientes no período pandêmico. No Nudem, o atendimento saltou de pouco mais de 3 mil atendimentos em 2019 para 4.305 e 5.932, respectivamente, em 2020 e 2021 (até o mês de setembro). A equipe do órgão e as tecnologias foram mobilizadas para garantir o funcionamento do trabalho e os canais de aproximação com a população. Em 2020, à exceção dos três primeiros meses e parte de março, o atendimento foi 100% remoto - chamadas telefônicas, e-mails, WhatsApp (texto, vídeo e áudio).



... de olho em 2022



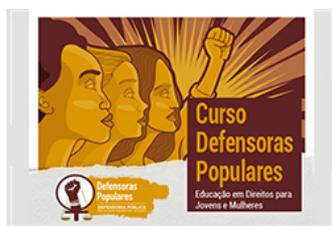
Outra estratégia encontrada pela coordenação, com a ideia de potencializar o viés preventivo da atuação, foi a de manter ativo um fluxo de informação de qualidade sobre o serviço e sobre a temática nas redes sociais. Foram realizados cursos de formação, *lives*, entrevistas e uma interlocução constante com as redes de mulheres. A partir dessa experiência recente e dos anos de serviço prestado às mulheres, as coordenações da Comulher e do Nudem estão de olho em 2022, quando o núcleo completará 25 anos. Desenhar um projeto que contemple a importância desse marco da política institucional está em curso. Acompanhe as novidades por aqui.

Bate-papo mensal segue firme

Criado no período pandêmico, o 'Nudem Convida' completou seu primeiro ano de existência. O programa reúne convidadas para uma conversa virtual sobre temas relevantes, de grande implicação na vida das mulheres e da sociedade, e afetos à defesa dos direitos das mulheres. São encontros mensais, sempre na primeira terça-feira, e tem um jeitão de programa de entrevistas, com a equipe do Nudem e da Comulher se revezando na moderação e o público participando no chat. Iniciado em setembro de 2020, o programa tem dado sinais de fôlego para superar o declínio do modelo *lives*. Em novembro, a equipe do Nudem esteve por lá abrindo as comemorações que envolvem este importante mês de luta para as mulheres. O último programa do ano vai debater o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero editado pelo CNJ. Na agenda: 7 de dezembro, no horário habitual das 10 às 11 horas, no Youtube e no Facebook da Defensoria. Os programas anteriores estão disponíveis [aqui](#).



Transformando as noites de quinta-feira



A partir da experiência acumulada no 3º Curso de Formação das Defensoras Populares - 2020, que reuniu quinzenalmente, de setembro a dezembro, cerca de 60 mulheres da Baixada Fluminense com aulas virtuais, a Comulher decidiu levar o mesmo conteúdo da formação em *lives* transmitidas nas redes sociais da DPRJ e chamou a iniciativa de 'Quintas com as Defensoras Populares'. Foram dez aulas ao todo e mais de 20 debatedoras participantes – incluindo defensoras públicas e profissionais técnicas da casa. Seguindo o modelo de temas por duplas como no curso de formação, esta edição inovou com a participação das defensoras populares (dpops) como mediadoras dos encontros. E elas chegaram ocupando tudo.

É pela vida - e memória - das mulheres

Entre outras atividades previstas para o próximo ano, a Comulher está programando um novo edital para novas adesões de defensoras e defensores públicos ao GT Femicídio - grupo de trabalho formado para garantir a assistência integral e humanizada a vítimas diretas e indiretas de feminicídio consumado ou tentado. Na sequência, a Comulher colocará à disposição da/o inscrita/o mais uma rodada de sensibilização e atualização na temática - como previsto na [Resolução Dpgerj nº 1.038/2020](#), que regulamenta a criação do grupo de trabalho. O primeiro curso de 'Capacitação na Assistência à Vítima no Crime de Femicídio' aconteceu em outubro de 2020, de forma virtual, com carga horária de 8 horas. Hoje, o GT Femicídio conta com a participação de seis colaboradores, que atuam em 11 processos.



Com a palavra, a mulher



As mulheres tiveram de repetir sua história, os detalhes das violências e sua palavra foi posta em dúvida um sem-número de vezes. Agora, elas querem o silêncio. A partir da escuta dessa manifesta vontade - e dos muitos casos de violência institucional que chegam ao Nudem -, a Comulher teve a ideia de editar um comunicado técnico para sensibilizar defensoras(es) públicas com atribuição na assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O [Comunicado Técnico nº 01/2021](#), recém-editado, tem dupla função: informar sobre as normativas que ressaltam o respeito ao silêncio da vítima e aguçar a verve protetiva da/o defensor/a público.



Niterói e as Mulheres 1

A Prefeitura de Niterói lançou o Programa Auxílio Social para mulheres em situação de violência no município, que destinará à beneficiária mil reais durante seis meses - prorrogáveis por igual período. O programa tem o objetivo de ajudar a mulher a quebrar o vínculo financeiro com o agressor e na recuperação da autoestima, longe das violências. A Coordenadoria de Direitos e Políticas das Mulheres (Codim) está à frente da iniciativa, que conta ainda com cursos de capacitação e banco de oportunidades de emprego e a ampliação dos locais de atendimento às mulheres em Niterói - o Centro Especializado no Atendimento às Mulheres Neuza Santos (Ceam) acaba de ser reinaugurado. "Para ter direito ao benefício, a mulher precisa atender a requisitos como morar em Niterói, residir com o agressor no momento da agressão, efetuar o Boletim



de Ocorrência e possuir renda de até três salários mínimos ou renda média *per capita* familiar de valor igual ou inferior a R\$700,00”, informa o Codim. Outras informações sobre o novo auxílio social são obtidas pelo (21) 98204-4306 (ligação e mensagem de texto).

Niterói e as Mulheres 2

Está em funcionamento, desde agosto último, o Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM) no Plaza Shopping Niterói, uma iniciativa conjunta da administração do shopping e a Prefeitura de Niterói, por intermédio da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (Codim). Para os realizadores, por ser um local de intenso fluxo de pessoas, o Núcleo tem tudo para se consolidar como porta de entrada das mulheres à rede de proteção no município, com as assistentes sociais e psicólogas fazendo a articulação entre os serviços. O NUAM funciona de segunda a sábado, das 12h às 18h, no L4 do Plaza Shopping (Rua XV de Novembro, nº 8, Centro de Niterói).



A violência contra a mulher em números



O Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) lançou em outubro o Dossiê Mulher 2021, a 16ª edição do anuário de dados compilados da violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Os números apontam que cerca de 98 mil mulheres sofreram violência doméstica e familiar em 2020. O documento também revela que 78 feminicídios ocorreram no estado, sendo que 78,2% foram cometidos pelos companheiros e ex-companheiros e 75% dos casos na residência da vítima - 55,1% mulheres negras. Na ocasião, o governo do estado anunciou a criação do Núcleo de Atendimento aos Familiares de Vítimas do Femicídio e a intensificação do treinamento de policiais militares para garantir o cumprimento de medidas protetivas contra agressores. Para acessar a íntegra do Dossiê Mulher 2021, clique [aqui](#). Para acessar o infográfico

do Dossiê Mulher 2021, clique [aqui](#).

Outras palavras

No dia 19 de outubro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, durante a 340ª Sessão Ordinária. O documento traz considerações teóricas, apresentação de casos e uma espécie de manual com orientações para integrantes da magistratura. O protocolo é resultado do trabalho desenvolvido por representantes de diferentes segmentos da Justiça e de universidades, com metodologia baseada na incorporação do gênero na análise dos litígios. Para acessar a íntegra do Protocolo, clique [aqui](#).



Ambiência respeitosa – Lei Mari Ferrer



A Lei Mari Ferrer já está em vigor. Aprovado no final de outubro pelo Senado Federal, o então projeto de lei nº 5.096, iniciativa da deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA), modifica as redações do Código Penal e do Código de Processo Penal com vista à dignidade da vítima e das testemunhas nas audiências de instrução e julgamento nos crimes sexuais. A legislação recebeu o nome da influenciadora digital Mariana Ferrer, numa referência direta ao ocorrido com ela em audiência e registrado em vídeo que viralizou nas redes sociais e expôs comportamentos antiéticos dos operadores da justiça. Para ler matéria específica sobre a Lei, clique [aqui](#).

Enfrentando os temas polêmicos

A ONG Criola (RJ) analisou, a partir do contexto da pandemia da Covid-19, a situação das mulheres negras e periféricas no país frente à flagrante perda de direitos, em especial, na relação com a saúde sexual e reprodutiva. O resultado está no dossiê [Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva](#) (2020-2021), lançado em outubro. O conceito de justiça reprodutiva foi desenvolvido por especialistas que operam no campo do Direito e Saúde em sua interface com as desigualdades estruturais de acesso aos direitos e às violências institucionais. Para ler matéria sugerida sobre o tema, clique [aqui](#).





NOVIDADE LEGISLATIVA

Projeto de Lei tipifica violência doméstica por meios eletrônicos



A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o projeto que inclui na Lei Maria da Penha a previsão de que a violência doméstica e familiar contra a mulher também pode ser cometida por meios eletrônicos. O texto acrescenta à lei que as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral cometidas por redes sociais e mensagens de telefone celular, por exemplo, terão as mesmas sanções. Para ler matéria sobre o assunto, clique [aqui](#).



AGENDA ACADÊMICA

Lei Maria da Penha: pega a visão



“15 anos da Lei Maria da Penha: como a educação pode ajudar a prevenir violências contra as mulheres?” é o tema do concurso que a Câmara dos Deputados, o Banco Mundial e o Facebook promovem para estudantes do ensino médio de todo o país. Podem participar jovens de escolas públicas e privadas, com idade entre 14 e 18 anos, e a proposta é produzir um vídeo no formato *reels*. O prazo de inscrição encerra-se no dia 10 de dezembro. Serão selecionados 25 finalistas, cinco de cada região do país. Outras informações podem ser obtidas no [regulamento](#) do concurso. Para ler matéria sugerida sobre o concurso, clique [aqui](#).



LEITURAS SUGERIDAS

Marido agressor, mas bom pai? Controvérsias da guarda compartilhada num contexto de violência doméstica - Sarah Batista Santos Pereira



Para algumas mulheres em situação de violência, a convivência dos filhos com o pai traz a sensação de insegurança e também o receio de a conduta se transformar em exemplo. Especialistas apontam para a importância do convívio na construção da paternidade, para pai e filho. A legislação vigente não cobre todas essas nuances e isso causa muita frustração para os envolvidos. Cabe a quem opera as leis atentar para as particularidades dos casos e para o debate qualificado, sempre no sentido de lançar luzes no tema. Para ler a íntegra do texto, clique [aqui](#).

Documentos relatam as angústias e as dores das mulheres do Brasil Colônia, como abuso sexual, violência doméstica, abandono, desigualdade de gênero – heranças vividas até os dias de hoje

Pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP) reuniram cerca de 150 documentos de autoria de mulheres (incluindo relatos de discursos), escritos entre 1500 e 1822. Os arquivos contam a história de pessoas como Maria, Gertrudes, Felipa, Anna Maria, Francisca, Feliciano e Anna Caetana - importante acervo histórico de ícones do Brasil profundo. Ainda que os episódios guardem o distanciamento temporal, eles dialogam com os dias de hoje, principalmente quanto à permanência da violência contra a mulher. Episódios de agressão, preconceito, abuso, são recorrentes no Brasil do século 21. E não foi diferente no Brasil colônia. Para ler a matéria relativa à pesquisa, clique [aqui](#).





ABBOUD, Georges; SANTOS, Maira Bianca Scavuzzi de Albuquerque; Kroschinsky, Matthäus. Entre a coisa e o *homo sacer*: a defesa da honra e a condição feminina.

Resumo: A constitucionalidade da legítima defesa da honra, tese usualmente arguida para absolver o acusado pela prática de crime de feminicídio, vem sendo alvo de intenso debate. Por ofensa à dignidade humana e à isonomia, a tese é, desde logo, inconstitucional e não pode ser utilizada em plenário. Nem mesmo a plenitude de defesa, a que não se pode dar alcance irrestrito, abriga tese dessa natureza. Fonte: *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 110, n. 1032, p. 205-223, out. 2021.

ALVES, Marcelo Mayora; GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. As mulheres e os penalistas: representações sobre a moral e os papéis sexuais nos manuais de direito penal.

Resumo: No presente artigo, investigamos nos discursos e representações acerca do feminino e das relações entre homens e mulheres constantes nos principais manuais de direito penal que circulavam nas décadas de 60 e 70, que constituem o corpus documental deste estudo. O objetivo é analisar a contribuição dos penalistas na construção social da moral sexual feminina e dos papéis sexuais, partindo da premissa de que o jurista e, especificamente, o penalista exerce importante parcela do poder simbólico de construção social da realidade. Fonte: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano. 28, n. 173, p. 467-486, nov. 2020.

CHAVES, Luana Hordones. O acesso a direitos de mulheres privadas de liberdade em tempos de pandemia.

Resumo: Comentários acerca da taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil e o risco de contágio e disseminação da covid-19. Fonte: *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 109, n. 1017, p. 367-370, jul. 2020.



Minissérie Maid



Dica para quem tem acesso à plataforma Netflix é a minissérie Maid. A trama acompanha o percurso da jovem Alex (Margaret Qualley) e seu rico universo conflituoso, onde orbitam a filha (Rylea Nevaeh Whittet), o companheiro agressor (Nick Robinson), problemas afetivos com a mãe (Andie McDowell), o pai ausente (Billy Burke) e sonhos colocados de lado. Disposta a mudar o rumo da vida, Alex mergulha na realidade de uma jovem mulher, mãe, sem escolaridade e recursos financeiros próprios ou familiar e a experiência da violência de gênero. A protagonista vai precisar se reinventar para dar a volta por cima e garantir a guarda da filha contando com muitas mãos, faxinas e os benefícios dos programas assistenciais estadunidenses. A construção dos personagens e as relações entre eles emprestam dramaticidade ao perrengue na justa medida, deixando a narrativa envolvente nos dez episódios da minissérie. Maid é uma adaptação do livro autobiográfico de Stephanie Land, de 43 anos, "Superação: Trabalho Duro, Salário Baixo e o Dever de Uma Mãe Solo".

Ativismo e arte

A articulação Milhas pela Vida das Mulheres está tocando uma campanha de arrecadação de recursos para ajudar brasileiras a acessarem seu direito ao aborto legal dentro ou fora do país. 'Arte, substantivo feminino' reúne 49 artistas, que doaram seus trabalhos para venda na loja da @milhaspelavidadasmulheres. A atriz e artista plástica Analu Prestes está no catálogo com seu 'O que restou do nosso amor' (foto). As vendas acontecem até 31 de dezembro.



Colabore com o "CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS"

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

